

Marcílio: Juros têm que ser pagos

Para Marcílio Marques Moreira, Vice-Presidente do Unibanco, suspender temporariamente os pagamentos de juros ao exterior, como fez o México, não significa partir para um programa de reescalonamento da dívida externa que incluísse também a renovação dos juros.

Uma suspensão temporária do pagamento de juros, por meio do uso da conta gráfica, seria tolerada. Mas o Brasil não deve deixar de pagar os juros, explicou, pois o País precisa manter boas relações com os banqueiros internacionais, porque no futuro voltará a necessitar de crédito externo ou "importação de capital" para financiar seu desenvolvimento.

Na verdade, disse ele, não existe muita diferença, em termos líquidos, entre deixar de pagar os juros ou pedir novos empréstimos para poder arcar com o pagamento do serviço da dívida. Mas tecnicamente a diferença é enorme, já que se contabilmente os bancos inserem os juros na rubrica de **non performing loans**, terão

que fazer as provisões e enfrentar problemas com os acionistas, o que acarretaria o corte no relacionamento com o País devedor.

COMPLEXO DE CULPA

A vantagem da trégua, na opinião do banqueiro, está no fato de que o Governo brasileiro ganharia tempo para concluir um acordo com o Fundo Monetário Internacional, em termos mais realistas, negociando metas passíveis de serem cumpridas e que levem em conta fatores que a "própria comunidade financeira internacional considera importantes, como a saúde do parque industrial brasileiro, o limite de tolerância de tecido social e processo de liberação política".

Segundo ele, parece que o Governo brasileiro não tem a coragem de adotar uma atitude mais drástica, no tocante à dívida externa, por um certo "complexo de culpa, como disse muito bem o ex-Ministro Pratini de Moraes".

— Acaba sendo tímido e irrealista, encaminhando a negociação com insuficiência de objetividade — afirmou.

No período de suspensão declarada de pagamentos, ele crê que seria possível, ao invés de partir para uma negociação em etapas, como pretende o Governo, "sendo que a primeira é a mais difícil delas", realiaar uma negociação mais articulada, que envolva os bancos internacionais, o Clube de Paris e outros credores.

O Itamaraty deveria ser incluído nas negociações e a sociedade brasileira esclarecida a respeito da situação crítica que o País vem atravessando.

Todos os segmentos da sociedade deveriam deixar de lado os ressentimentos, partir para um desarmamento de espíritos e procurar, juntos, uma estratégia de renegociação, com um programa econômico interno que resgatasse a esperança no País — disse Marcílio.